

IV Seminário de Estudos Culturais, Identidades e Relações Interétnicas
Dilemas Éticos, o Campo e a Pesquisa

GT 3 - Etnicidades e relações raciais

ETNOGÊNESE NO ESPAÇO DA LINGUAGEM XOCÓ

Beto Vianna

ETNOGÊNESE NO ESPAÇO DA LINGUAGEM XOCÓ

Beto Vianna

Departamento de Letras de Itabaiana – UFS

btvianna@gmail.com

Introdução

Na sua edição de 5 de maio de 2010, a revista *Veja* publicou uma matéria intitulada “A farra da antropologia oportunista” (COUTINHO; PAULIN; MEDEIROS, 2010). A matéria denuncia supostos abusos na identificação étnica de indígenas e quilombolas brasileiros para efeitos de demarcação de terras, prática em que as populações interessadas, associadas a ONGs, antropólogos, agentes públicos e entidades religiosas, estariam auferindo vantagens indevidas (ou mesmo criminosas), em detrimento da maioria da população brasileira e das forças produtivas do país. Três trechos podem ilustrar as linhas geral e específicas de argumentação na matéria:

Pelas leis atuais, uma comunidade depende apenas de duas coisas para ser considerada indígena ou quilombola: uma declaração de seus integrantes e um laudo antropológico. A maioria desses laudos é elaborada sem nenhum rigor científico e com claro teor ideológico. (op. cit, p. 154).

O baiano José Aílson da Silva é negro e professa o candomblé. Seu cocar é de penas de galinha, como os que se usam no Carnaval. (...) Sua “tribo” é composta de uma maioria de negros e mulatos, mas também tem brancos de cabelos louros. (op. cit, p. 155).

Os boraris viviam em Alter do Chão, a praia mais badalada do Pará. Com pouco mais 200 pessoas, a etnia assimilou a cultura dos brancos de tal forma que desapareceu no século XVIII. Em 2005, Florêncio Vaz (...) persuadiu 47 famílias caboclas a proclamar sua ascendência borari. (op. cit, p. 158).

No primeiro trecho, questiona-se a legitimidade dos processos de identificação étnica nos termos da legislação atual, do seu rigor científico e de sua motivação ou finalidade (apresentada como “ideológica”). Nos dois últimos trechos, exemplos da “farsa” que dá título à matéria: índios que não podem ser índios, seja por não exibirem os traços físicos e culturais esperados, seja por alegarem pertencer a uma etnia que, segundo a matéria, está extinta. Ao lado da impropriedade do pertencimento étnico, a matéria questiona a cessão de uma quantidade desproporcional de terras (os números da

Veja chegam ao incrível total de 90% do território nacional) destinadas a uma parcela ínfima da população (índios e quilombolas) ou a usos igualmente lesivos para o desenvolvimento do país (como a reforma agrária e a preservação ambiental).

Meu objetivo aqui não é refutar os argumentos e dados apresentados pela Veja, o que foi feito por mim em outras ocasiões (VIANNA, 2010; VIANNA 2010B) e, com muito mais propriedade, por entidades e profissionais ligados às questões indígenas (CASTRO, 2010; OLIVEIRA, 2010)¹. A questão que coloco é a das distinções que fazemos na linguagem, e como elas são instrumentais nos processos de identificação exógena e autoidentificação dos agrupamentos humanos, com consequências importantes para a nossas formas de organização social e para o estabelecimento de espaços de convivência.

O caso da identificação étnica é especialmente relevante, pois, no contexto das Américas, diz respeito às possibilidades de existência, enquanto grupo, de minorias historicamente transfiguradas social, cultural e economicamente no contato com as frentes civilizatórias dos últimos 500 anos, um (RIBEIRO, 2007).

O povo Xocó, de Sergipe, tem sido considerado, na literatura, exemplar da ligação estreita entre os processos de identificação e autoidentificação étnica com sua etnogênese (ver ARRUTI, 2001), ou seja, de sua configuração histórica como etnia diferenciada através dos processos de referenciação e autorreferenciação que se dão, inevitavelmente, no espaço da linguagem. Tratando-se, porém, de falantes exclusivos de uma variedade do português, o fenômeno etnogenético Xocó não havia, até o momento, motivado uma investigação no contexto das ciências linguísticas.

Buscando entender a construção identitária dos xocós no espaço da linguagem, propus um projeto de iniciação científica, no contexto do Departamento de Letras de Itabaiana da UFS, utilizando, entre outros aportes teóricos, o arcabouço epistemológico da escola chilena conhecida como Biologia do Conhecer (MATURANA, 1997; MATURANA e VARELA, 1980; VIANNA, 2011), que compreende a linguagem como um domínio comportamental de coordenação de ações. Espera-se que a observação dos espaços de conversação Xocó em uma perspectiva situada contribua para a melhor compreensão de sua etnogênese.

¹ Em 2014, o Ministério Público de São Paulo ajuizou ação civil pública para que a Editora Abril, responsável pela revista, fosse condenada ao pagamento de indenização por danos morais coletivos (MPF, 2014)

A questão Xocó

Na região do município de Porto da Folha, Sergipe, vivem cerca de 80 famílias do povo Xocó. Identificados na região desde o século XVI, apenas nos anos 1990 os xocós reconquistaram o direito a parte do seu território: a Ilha de São Pedro e uma gleba no Caiçara, às margens do Rio São Francisco, que constituem hoje a terra indígena Xocó (DANTAS; DALLARI, 1980; JÚNIOR, 2009).

Como a maioria das etnias indígenas do Nordeste, e a exemplo de dezenas de outros povos indígenas e quilombolas brasileiros, ao lado das lutas pela terra e pelo direito à autodeterminação frente a uma disposição historicamente antagônica da sociedade envolvente, os xocós possuem uma longa história de reconfiguração das descrições e autodescrições que orientam, a cada momento, o seu pertencimento étnico (ARRUTI, 1997; ARRUTI, 2001; FRENCH, 2009). Tanto em documentos antigos como na literatura atual, a identidade indígena do povo Xocó foi questionada em várias ocasiões, com base nas dúvidas com relação à localização de suas terras originárias e seu histórico de intensa miscigenação e adoção de traços culturais e fenotípicos das comunidades de entorno. Mais especificamente, o questionamento incide sobre a legitimidade da construção identitária como escolha, ou “ação extrema” (MONTERO, 2012, p. 84), como solução política diante do conflito fundiário com fazendeiros poderoso da região.

Ainda, a exemplo de muitas outras etnias brasileiras – indígenas, quilombolas e de imigrantes –, os xocós utilizam uma variedade do português em suas interações pessoais e institucionais, e não há registros consistentes de uma língua xocó originária.

A dupla situação de índios descritos como despidos de seus atributos considerados, tipicamente indígenas – sua aparência fenotípica, seu contexto ecológico, seus costumes e sua terra (sempre relativamente à sua condição de “originários”) – e, por outro lado, como falantes exclusivos do português, suscita algumas questões sobre o afazer científico e sua relação com o olhar etnográfico (mantive aqui separada a questão da língua, em função de suas consequências, também distintas, para a investigação que proponho).

Primeiro, a distinção dos Xocós como “índios híbridos”, ou, em uma linha menos generosa, como “não índios”, lança mão de um conceito metafísico de referência: a

crença, prevalente em muitas disciplinas científicas, de que podemos acessar o real estatuto do grupo através de um conjunto de atributos empiricamente demonstráveis, independente das conversas que mantemos sobre esse grupo (RORTY, 1994).

Em segundo lugar, como observou Bruno Latour (1994; 2012), as perguntas que fazemos sobre os xocós (ou, de resto, sobre outros grupos não ocidentais ou sobre grupos marginais em nossa própria cultura) diferem epistemologicamente das perguntas que fazemos (e deixamos de fazer) sobre nós mesmos. Enquanto sustentamos um discurso de “purificação”, a cisão ontológica entre os mundos objetivo, social e discursivo, multiplicamos entidades híbridas em nossas práticas. Essa abordagem assimétrica insiste em separar os xocós em, de um lado, objetos naturais (tratáveis por nossa purificada representação científica), de outro, em coletividades sociopolíticas, e, ainda, em produtos da representação simbólicas, tratáveis no nível discursivo.

Conceitos aplicados aos povos não ocidentais, principalmente populações ameríndias, como os de terra, cultura ou línguas “originárias”, apesar de pertinentes em situações particulares de conflito, mistificam os processos dinâmicos de conservação e mudança nas coletividades humanas e não humanas, mediados – utilizando o conceito de Latour (2012) de “rede de atores” –, por agências naturais, sociais e discursivas.

A questão da língua usada pelos xocós remete ao problema específico das ciências da linguagem. A atenção preferencial da linguística aos fenômenos estruturais e léxico-semânticos como as fontes por excelência da investigação, mesmo em abordagens que incluem as dimensões sociais, discursivas ou contextuais da linguagem², não nos ajuda a elucidar os processos identitários, pois nem sempre se distinguem (ou interessa ao investigador distinguir) as especificidades do grupo em relação a usuários de variedades estrutural ou funcionalmente similares da língua. Dito de outro modo, a noção de língua ou linguagem aplicada aos processos identitários é a do estabelecimento de espaços de conversação dentro e fora do grupo de interesse, cuja investigação não se esgota na análise de um *corpus* de enunciados, mas exige a observação da mudança e conservação das disposições de ação dos atores envolvidos, em sua dimensão irredutivelmente interacional, a que chamo de “espaço relacional da linguagem” (VIANNA, 2011; VIANNA, 2015).

² Ver, a esse respeito, as críticas de Inês Signorini (2012) ao uso categórico do conceito de “língua” e, mais especificamente, à crítica de Jan Blommaert (2008) à análise crítica do discurso e à análise da conversação.

A pesquisa

Com o projeto de iniciação científica “Discurso e identidade Xocó no espaço relacional da linguagem”, proponho indagar, no contexto de uma instituição acadêmica de estudos linguísticos (no caso, o no Departamento de Letras de Itabaiana) o modo particular de estar na linguagem daquela população. Isso inclui investigar suas rupturas e continuidades em relação à sociedade de entorno e em relação à própria identificação como etnia diferenciada, ou seja, seu processo etnogenético no espaço da linguagem. Para tanto, a pesquisa deve focar nas práticas interacionais dos xocós (e não, ou não somente, no código linguístico utilizado) e em suas relações com as comunidades de entorno. A pesquisa prevê a observação, registro e análise dos espaços de conversação dos xocós, que refiro como “espaço relacional da linguagem” (VIANNA, 2011; VIANNA, 2015).

O referencial teórico principal é o arcabouço conceitual e epistemológico da escola chilena conhecida como Biologia do Conhecer (MATURANA; VARELA, 1980) que traz as seguintes implicações: a linguagem é entendida como um domínio comportamental de coordenação de ações; uma determinada rede de conversações irá constituir, num determinado momento, uma cultura; os aspectos referenciais da linguagem e as regularidades léxico-gramaticais são dependentes do, e posteriores ao, estabelecimento de uma domínio consensual; são reconhecidos o papel do observador e o contexto de observação na coleta e análise dos dados (MATURANA, 1997; VIANNA, 2011; VIANNA, 2015).

Lanço mão ainda, para a observação de campo e para a análise das estratégias linguístico-discursivas e dos contextos de interação, as abordagens situadas e praxeológicas da etnometodologia, da antropologia linguística e da análise da conversação, sempre em uma perspectiva crítica, ou seja, considerando as implicações político-ideológicas dos processos interacionais e da adoção de recursos linguístico-discursivos da sociedade de entorno (DURANTI, 1997; BLOMMAERT, 2008; MONDADA, 2008; SIGNORINI, 2012; VIANNA, 2015).

Os planos de trabalho específicos, que deverão ser realizados pelos orientandos, preveem a observação e a análise da utilização dos recursos interacionais disponíveis, sejam esses de natureza linguística, multimodal ou discursivo-textual, principalmente

em sua função metapragmática (SIGNORINI, 2008), nos contextos de interação comunitária, familiar, interpessoal e institucional (BLOMMAERT, 2008; MONDADA, 2008, SIGNORINI, 2012).

O objetivo geral da pesquisa é entender os processos identitários dos xocós, através do estudo do seu espaço relacional, o que envolve a compreensão das práticas e dos contextos em que se dão seus processos interacionais, e dos recursos linguístico-discursivos utilizados na comunidade. Os registros, análises e resultados da pesquisa serão totalmente disponibilizados para os xocós, esperando que eles também se beneficiem de um olhar diverso sobre as implicações sociais e político-ideológicas dos espaços interacionais em que se envolvem.

Espaço relacional e etnogênese

Tradicionalmente, as ciências sociais resistem a explicações biológicas dos processos coletivos humanos, entendendo que tais explicações são deterministas, ou desatentas às dinâmicas próprias das relações culturais humanas. No entanto, o fenômeno social implica, para que ocorra, a concorrência de dois ou mais organismos (humanos ou não), colocando-se então como um fenômeno pertinente ao vivo e ao viver, e tratável nos termos de uma explicação biológica. Isso não implica a necessidade de se utilizar mecanismos explicativos determinísticos, genéticos ou semelhantes. Utilizando um arcabouço conceitual da Biologia do Conhecer (MATURANA; VARELA, 1980; VIANNA, 2011), pretendo explicitar como se dá a participação de um organismo na constituição de uma dinâmica social e em um domínio linguístico, e como podemos utilizar a epistemologia da Biologia do Conhecer na explicação de fenômenos etnogenéticos como os do povo Xocó. .

A ontogenia de um indivíduo (o seu desenvolvimento, do nascimento até a morte), implica a conservação da adaptação como condição para a realização do seu viver e na continuidade da sua linhagem (MATURANA; MPODOZIS, 1992). O organismo e sua descendência vivem em contínuo acoplamento estrutural com o meio até, respectivamente, a morte individual ou a morte da linhagem. Como o fluir comportamental do ser vivo modula o curso de suas mudanças estruturais, o mesmo irá acontecer quando uma parte do meio com o qual o organismo interage é outro organismo. A ontogenia de cada organismo irá se dar num contexto coerente com a

história de suas interações. Se a interação entre esses organismos é recorrente e recursiva, ou seja, se observamos uma história de interações onde os novos comportamentos são incorporados a processos interacionais seguintes, podemos dizer que esses organismos estão em um *domínio linguístico* (VIANNA, 2015).

Com relação à participação do código linguístico – a “língua” na tradição das ciências linguísticas – devemos observar que os elementos tradicionalmente descritos como a expressão da linguagem humana – sons, gestos, grafismos – não fazem parte, de antemão, da linguagem, pois esta é definida historicamente no processo coontogênico. Se há recursão, se no curso da interação determinado som ou gesto é distinguido como um elemento na coordenação de ações consensuais, ele fará parte da linguagem na descrição do observador (MATURANA, 1997). O mesmo se dá com outras regularidades percebidas na língua, como a sintaxe. É preciso fazer referência à história, ao curso de interações, para se dizer que uma palavra ou frase pertence à linguagem.

O domínio linguístico é um domínio comportamental de ações coordenadas, consensuais, entre dois ou mais organismos. Sempre que houver um domínio linguístico, uma rede social pode ser formada como uma rede de interações consensuais e recursivas entre os membros de uma mesma comunidade de organismos: uma cultura.

Apesar de consensual e recursiva, essa rede de relações pode ser modificada, a qualquer momento. Todo elemento utilizado no estabelecimento de um domínio linguístico – qualquer regularidade estritamente linguística, como a morfologia ou a sintaxe, ou qualquer manifestação cultural, como um ritual, uma restrição alimentar ou uma maneira de se vestir – pode ser modificado ou substituído no curso de conversações da comunidade sem que isso implique uma ruptura na organização daquela sociedade, ou seja, na descrição e autodescrição daquele sistema social como sendo de um tipo ou de outro.

Além disso, também a descrição e a autodescrição podem vir a mudar no curso de conversações da comunidade. A ruptura nos modos de referência e autorreferência configuram um processo de transfiguração étnica (RIBEIRO, 2007), ou *etnogênese*, processos operacionalmente indistintos, ainda que costumemos aplicar o primeiro conceito a situações conflituosas, como a que ocorreu e vem ocorrendo nos encontros das etnias minoritárias com as frentes civilizatórias, e, o segundo a processos internos de determinados grupos, de construção de sua própria identidade étnica.

Considerações finais

Uma etnia, um agrupamento humano que se identifica e é identificado pelas comunidades de entorno como um povo distinto, não depende de exibir versões naturalizadas de determinados atributos culturais como condição para essa identificação, e isso inclui o uso de um código linguístico pré-determinado, identificável e diferenciado dos pontos de vista estrutural ou funcional. O processo identitário se dá nas práticas interacionais, que, além de multimodais, ou seja, lançam mão de variados recursos expressivos, sinestésicos e posturais (MONDADA, 2008), são constitutivamente plurilíngues, ou ainda, híbridos, inacabados, no sentido de que é nas práticas coontogênicas de uma rede de conversações (e não antes delas) que os interactantes irão decidir quais e como os recursos disponíveis contarão como “linguísticos” (SIGNORINI, 2012).

Além do estudo dos processos interacionais envolvendo o povo Xocó, a realização da pesquisa de iniciação científica proposta poderá, no contexto da UFS, facilitar a realização de trabalhos de campo futuros com outros grupos étnicos do estado de Sergipe – em especial, seus remanescentes quilombolas –, na perspectiva de uma abordagem linguística situada. No plano mais geral dos estudos linguísticos, a realização da pesquisa se insere na discussão sobre as relações entre linguagem e etnicidade, sobre o conceito de “comunidade de fala” e sobre a adequação do uso de abordagens situadas da linguagem nos processos de descrição sociolinguística e dialetológica. Os dados da pesquisa, bem como seus resultados e posteriores publicações, serão disponibilizados para a comunidade pesquisada, contribuindo para a conversação continuada e produtiva do corpo acadêmico com o povo Xocó.

Bartolomeu Melià, estudioso da língua guarani, nos fala do processo de *deforestación linguística* na colonização da América (MELIÀ, 2013). Melià não se refere, com isso, à simples substituição ou extinção de *estruturas linguísticas*, mas ao fato de que, a cada evento de ocupação civilizadora dos espaços indígenas de convivência (a floresta), tenham se rompido modos de interação próprios daquelas comunidades. Essa ruptura se dá com a imposição de novos modos de dizer, do *apontar juntos* para o mundo, condição que, ao que parece, pode estar sendo recuperada pelo povo Xocó, caso tenhamos disposição para escutar.

Referências bibliográficas

ARRUTI, José Maurício Andion. A emergência dos “remanescentes”: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. *Mana*. vol 3, no. 2. p. 7-38. Outubro, 1997.

ARRUTI, José Maurício Andion. Agenciamentos políticos da “mistura”: Identificação étnica e segmentação negro-indígena entre os Pankararú e os Xocó. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 23, nº 2. p. 215-254, 2001.

BLOMMAERT, Jan. Contexto é/como crítica. In: SIGNORINI, Inês (org.). *Situar a língua(gem)*. São Paulo: Parábola, 2008. p. 91-115.

CASTRO, Viveiros de. Viveiros de Castro: Veja leu e fez que não entendeu. *Viomundo*. 4 maio 2010. Sessão Você Escreve. Disponível em: <http://www.viomundo.com.br/voce-escreve/o-renascimento-e-a-farra-de-antropologos-oportunistas.html>. Acessado em: 8 maio 2015.

COUTINHO, Leonardo, PAULIN, Igor; MEDEIROS, Júnia de. A farra da antropologia oportunista. *Veja*, Rio de Janeiro, edição 2163, ano 42, n. 18, ps. 154-161. 5 maio 2010.

DANTAS, Beatriz Góis; DALLARI, Dalmo de Abreu. *Terra dos índios xocó. Estudos e documentos*. Comissão Pró-índio. São Paulo, 1980.

DURANTI, Alessandro. *Linguistic anthropology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

FRENCH, Jan Hoffman. *Legalizing identities: becoming black or indian in Brazil's Northeast*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2009.

JUNIOR, Avelar Araújo Santos. As atualizações da territorialidade Xokó face às implicações dos projetos de desenvolvimento em reservas indígenas. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS CULTURAIS, IDENTIDADES E RELAÇÕES INTERÉTNICAS, 2009, Aracaju. *Anais eletrônicos...* Disponível em: http://www.gerts.com.br/seciri/anais_I_SECIRI/gt_02/Avelar_Araujo_Santos_Junior.pdf. Acessado em: 8 maio 2015.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: Ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LATOUR, Bruno. *Reagregando os social: uma introdução á teoria do ator-rede*. Salvador: Edufba, 1994

MATURANA, Humberto. Ontologia do conversar. In: MAGRO Cristina; GRACIANO, Miriam; VAZ, Nelson, (orgs.). *Humberto Maturana: a ontologia da realidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997. p. 167-181.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. *Autopoiesis and cognition*. Dodrecht: Reidel, 1980.

MATURANA, Humberto; MPODOZIS, Jorge. *Origen de las especies por medio de la deriva natural*. Santiago de Chile: Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos, 1992.

MELIÀ, Bartolomeu. La deforestación lingüística en el Paraguay: problemas y soluciones. In: RODRIGUES, José Maria (org.). *Políticas lingüísticas para la integración educativa y cultural en el Mercosur*. Ceaduc: Asunción, 2013. pp. 139-160

MONTERO, Paula. Multiculturalismo, identidades discursivas e espaço público. *Sociologia & Antropologia*. vol. 02.04. p. 81-101, 2012.

MPF pede que Editora Abril seja condenada a pagar R\$ 1 milhão de indenização por reportagem discriminatória contra minorias étnicas. *MPF - Procuradoria da República em São Paulo*, São Paulo, 29 ago. 2014. Disponível em: http://www.prsp.mpf.mp.br/sala-de-imprensa/noticias_prsp/29-08-14-mpf-pede-que-editora-abril-seja-condenada-a-pagar-r-1-milhao-de-indenizacao-por-reportagem-discriminatoria-contraminorias-eticas. Acessado em: 7 maio 2015.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Nota da Diretoria da ABA sobre matéria publicada pela revista *Veja*. *Instituto Humanitas Unisinos*. São Leopoldo, 7 maio 2010. Sessão Notícias. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/noticias-anteriores/32164-nota-da-diretoria-da-aba-sobre-materia-publicada-pela-revista-veja>. Acessado em: 8 maio 2015.

RIBEIRO, Darcy. *As Américas e a civilização: Processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

RORTY, Richard. *A filosofia e o espelho da natureza*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

SIGNORINI, Inês. Por uma teoria da desregulamentação linguística. In: BAGNO, Marcos (org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2012. p. 85-121.

VIANNA, Beto. A farra do hebdomadário ilusionista. *O Cometa Itabirano*, Belo Horizonte, maio. 2010. p. 3.

VIANNA, Beto. Co-ontogenia: una aproximación sistémica al lenguaje. *Revista de Antropología Iberoamericana*. vol. 6, no. 2, p. 135-158. Mayo-Agosto, 2011.

VIANNA, Beto. Línguas minoritárias e minorizadas no brasil: por uma política linguística do falante. *Memórias Convención Internacional de Antropología - Anthropolos 2015*. La Habana, 2015.

VIANNA, Beto. O índio de mentira. *O Tempo*, Belo Horizonte, 13 maio 2010b. p. 19.